

## DISCURSO POSSE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL – biênio 2021/2023

**LUIZ ANTONIO COLUSSI**

Senhoras e senhores, boa tarde,

Hoje, dia 19 de maio de 2021, a nossa Anamatra, que em setembro completará os seus 45 anos, empossa a sua 22ª diretoria. Uma posse muito marcante para mim enquanto magistrado, dirigente associativo, mas, principalmente, enquanto ser humano.

Pela primeira vez na história da nossa entidade, realizamos esta solenidade de forma virtual, aliás como a realidade no Brasil e no mundo exige. No momento em que estamos aqui, o Brasil supera a marca de 440 mil mortos em virtude da Covid-19, que vitima cerca de 2 mil pessoas por dia. Trabalhadores, trabalhadoras, empresários, mães, pais, crianças, famílias.

Perdas irreparáveis resultado de uma crise sanitária, social e política que nos desafia enquanto pessoas e instituições. Uma crise que tem na Vacinação de Todos os brasileiros e brasileiras o caminho lúcido, único, científico e necessário.

E é com esse sentimento de reflexão, empatia e solidariedade que eu cumprimento todos e todas que estão aqui comigo, mesmo que a distância. Uma presença que, para mim, significa muito, pois representa o sentido de união, de solidariedade e, principalmente, de esperança.

Nas palavras do gaúcho Luís Fernando Veríssimo:

*“As pessoas só se definem no seu relacionamento com outras. Ninguém é o que pensa que é, muito menos o que diz que é (...) Ninguém é nada sozinho, somos o nosso comportamento com o outro”.*

E por isso, por estarem aqui comigo, o meu muito obrigado. Sei que não estou sozinho.

A jornada que nos trouxe enquanto nova Diretoria até aqui teve características peculiares. Mesmo que tenhamos sido a única chapa inscrita, visitamos, de forma virtual como exige a realidade do momento, todas as Amatras, em uma ação associativa não apenas de campanha, mas de construção coletiva.

Isso porque entendemos que a atuação política associativa carece de representatividade se ela não for resultado de um pluralismo de ideias que exprima, democraticamente, os anseios de quem a representa. E a Anamatra Forte e Unida chegou até aqui com a participação de todos vocês. De forma democrática e assim se construirá no decorrer dos próximos dois anos. A nossa porta, mesmo que momentaneamente virtual, estará aberta a todos e cada um de vocês, associados e associadas, reafirmando o nosso compromisso de campanha.

Somos uma democracia. O Brasil é uma democracia. E fugir dessa realidade não está em nosso horizonte. E falar de democracia não é apenas falar de seu aspecto formal, com o conjunto das instituições que caracterizam este regime político, falar de eleições livres, de autonomia dos poderes. É falar também de liberdade de pensamento, de expressão e de associação. É dizer não ao autoritarismo em todas as suas formas.

Mas falar democracia é, sobretudo, falar de efetividade, de resultados, de igualdade jurídica, de eliminação de desigualdades econômicas, de respeito, de cidadania. Nas palavras de Nelson Mandela:

*“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia”*

Com um país com cerca de 14 milhões de desempregados e em um cenário de queda na força de trabalho, relativização de direitos sociais, alto índice de adoecimento no trabalho, a pergunta que fica é, até que ponto podemos falar em democracia?

Falar de democracia é saber que a nossa concha está, sim, meio vazia. Mas também refletir sobre o nosso papel enquanto cidadãos, mulheres, homens, magistradas, magistrados nessa tarefa de transformação social.

Porque democracia pressupõe também a existência de um Estado de Direito que se materialize no respeito à Constituição e às leis do país, às convenções internacionais e a todo o arcabouço jurídico que deveria nos conduzir enquanto nação.

Em um Estado Democrático de Direito, a intervenção estatal é não somente um direito, mas um dever para propiciar a igualdade material a todos os seus cidadãos.

E é nesse cenário que o Poder Judiciário surge não só com o papel de garantidor negativo, mas, sobretudo, como no auxílio ativo e positivo na implementação desse ideário de nação. Que deve, sim, deixar de lado qualquer herança de passividade, assumindo uma postura interventiva que revele a importância da justiça constitucional.

Não se pode pensar na exclusão dos direitos sociais do âmbito dos direitos humanos fundamentais. Todo e qualquer receituário neoliberal não se coaduna com a principiologia valorativa e os direitos fundamentais que são o núcleo-base da Constituição Federal de 1988.

Mas não basta defender sua implementação, mas lutar verdadeiramente para que o Estado Democrático de Direito seja mantido, ampliado, em movimento de resistência constitucional para garantir a implementação dos direitos sociais.

E falar de realização de direitos sociais é, sobretudo, falar de Direito do Trabalho. Um ramo do Judiciário que experimentou grande avanço com a sua constitucionalização, é falar de uma Justiça que completa 80 anos, é falar dos milhares de magistrados e magistradas que a operacionalizam. É falar de dignidade humana, de trabalho decente.

São vários, senhoras e senhores, os desafios a serem enfrentados. Não bastassem as crises do Estado, vemos o capital interferindo e fazendo prevalecer a sua vontade, dizendo que o lucro deve vir em primeiro lugar, antes mesmo que os direitos dos trabalhadores assegurados constitucionalmente.

Por força do neoliberalismo e da globalização, em suas piores formas, aprimora-se a linguagem da flexibilização que, sob os argumentos de modernização e crescimento econômico, tão somente subtrai e ameniza direitos da classe obreira, precarizando cada vez mais os direitos sociais.

A palavra do momento, senhoras e senhores, não pode ser outra que não resistência. Uma resistência forte, robusta, grande e que faça frente desde às pontuais mudanças legislativas, até grandes e estruturais reformas, como a de 2017. Porque nenhuma mudança legislativa pode ser positiva se é materializada às custas da vida, da saúde e da dignidade.

É necessário que se diga que as Medidas Provisórias recentemente editadas não são boas para a sociedade brasileira. São medidas que, editadas sob a égide da pandemia, seguem a linha de precarização, em mais um ataque frontal aos direitos sociais. Um movimento que ganhou corpo com a aprovação dos projetos de terceirização, da reforma trabalhista, da lei da liberdade econômica, passando por várias propostas que tentam avançar vorazmente sobre inúmeros outros artigos da CLT. Que deixa a nossa concha cada vez mais vazia.

E não há como se falar em democracia sem direitos sociais, sem dignidade, sem liberdade, sem resistência. Nas palavras de Bernard Shaw:

*“É impossível progredir sem mudança, e aqueles que não mudam suas mentes não podem mudar nada”.*

Muitos que estão comigo aqui hoje acredito que me conhecem muito da vida associativa, onde, na minha querida Amatra 4 (RS), iniciei a minha jornada política em prol da nossa Magistratura. Onde tive a honra de ser presidente no biênio de 2008 a 2010. E também aqui da nossa Anamatra, onde hoje assumo a Presidência.

Mas queria fazer uma breve menção ao Colussi juiz. Hoje, do alto dos meus quase 61 anos, com 27 deles dedicados à Magistratura, guardo, na lembrança, muitos momentos marcantes, desde aquele primeiro dia como juiz do Trabalho, na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, passando por Passo Fundo, minha cidade natal, até Porto Alegre, na 9ª Vara do Trabalho.

Aqui faço uma referência especial à minha passagem também pela 30ª do Trabalho da capital gaúcha, dedicada, exclusivamente, a julgar ações relativas aos acidentes típicos de trabalho e doenças ocupacionais.

Uma experiência que engrandeceu não apenas como magistrado, mas enquanto pessoa. Onde enxerguei, ainda mais de perto e com lentes de aumento, a importância do papel da Justiça do Trabalho no cenário de adoecimento e morte em decorrência de más condições de trabalho. Onde tantas vezes vivi o desafio de determinar o fechamento de uma atividade empresarial para salvar vidas. Onde também enxerguei que nem mesmo a mais precisa sentença consegue devolver a uma mãe e a um pai a vida de um filho morto em um acidente, à uma família o seu ente querido. Porque a vida do trabalhador, senhoras e senhores, não pode ser precificada.

E falar do papel da Justiça do Trabalho em prol da saúde e da segurança é também falar na ampliação da nossa competência e, sobretudo, no alcance do artigo 114 da Constituição na afirmação deste ramo do Poder Judiciário na fundamentalidade do Estado Democrático de Direito. É saber que vivemos sim um mundo do trabalho mais moderno, marcado, por exemplo, pelas plataformas digitais, pela tecnologia, e que demanda um olhar ainda mais preciso da Justiça do Trabalho.

Uma Justiça que aceite um mundo do Trabalho único, formado não por empregados, mas por seres humanos. Que enxergue a ampliação da competência como um caminho aberto e preciso para dar efetividade ao Direito do Trabalho, enquanto justiça social adequada e compatível com os tempos atuais.

Mas falar de realização de direitos sociais pela Justiça do Trabalho é também falar em valorização. É falar daqueles que a integram, magistradas, magistrados, servidoras, servidores. É lutar por uma estrutura adequada compatível com a sua responsabilidade e capilaridade, que leve em conta as necessidades de todos os graus de jurisdição.

É também valorizar a sua Magistratura, em todos as suas instâncias, bem como aqueles e aquelas que, hoje aposentados, se dedicaram para a efetivação dos direitos sociais.

Uma luta, senhoras e senhores, que também passa pela resistência. Pela defesa da Justiça do Trabalho enquanto instituição.

Uma instituição que, trabalhando de forma remota, destinou mais de 350 milhões de reais no combate à Covid-19, em decorrência de ações civis públicas e da execução de termos de ajustamento de condutas firmados com o Ministério Público do Trabalho, além de multas aplicadas em decisões judiciais. Montante que ajudou a salvar vidas.

E é essa Justiça do Trabalho que, com a força da população e de sua Magistratura, permanece. Uma Justiça de resistência, assim como o são os direitos sociais e o desafio de construir um Estado Social em sua essência.

Uma Magistratura, senhoras e senhores, preparada para cumprir o seu juramento constitucional, de cumprir a Constituição e Leis do nosso país. Uma Magistratura da União, sim, com garantias, como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, cuja defesa, aliás, integra o nosso compromisso de campanha. Garantias, mas não privilégios e que, sacramentadas pelo constituinte, não são para si, mas para o zelo da lei. Garantias para a própria sociedade e para a efetivação da Justiça Social.

E é em meio a essas singelas reflexões sobre o ser juiz e a realização do direito social é que gostaria de me dirigir a você, colega Noemia Porto, que tão bem conduziu a Anamatra nesses dois últimos anos, juntamente com os diretores e diretoras do biênio 2019/2021, que tive a hora de integrar.

Você que vivenciou, de forma tão intensa, os desafios que a pandemia impôs e vem impondo ao movimento associativo e à nossa Magistratura.

Você, minha eterna presidente, que abdicou, que dialogou, que lutou por ideais que não são apenas seus, mas de todos aqueles e aquelas que se preocupam com a realização de um Estado Social em sua totalidade.

Uma dirigente que atuou, de forma intransigente, pela valorização da nossa Justiça, da Magistratura, mas sem nunca se descuidar da defesa dos direitos sociais enquanto direitos de cidadania.

Uma magistrada, uma mulher, uma mãe, uma esposa, uma trabalhadora, uma colega diretora, uma companheira de luta e uma amiga. Uma mulher forte que fez ecoar o discurso pela paridade de gênero, que tão brilhantemente conduziu a nossa querida e PERMANENTE Comissão Anamatra Mulheres.

A você, minha amiga Noemia, uma impressão de como vejo sua forma de abraçar a vida. Com propósitos, com vontade de mudar, de defender e consertar as crescentes mazelas:

O jornalista Audálio Dantas mostrou ao mundo uma das mais fortes escritoras da realidade dos desvalidos – Maria Carolina de Jesus. E ele disse que a grande obra da escritora - Quarto de Despejo - é um livro de hoje, porque os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando. E estão.

E você, Noemia, e todas as grandes mulheres que conheci na Magistratura do Trabalho e na vida, especialmente a minha amada esposa Elisabete, me ensinaram essa grandeza do olhar sensível, apurado diante do desespero do próximo. Sensibilidade que também espero

ser capaz de me guiar na defesa que deve ser incansável pela igualdade e pela Justiça Social.

E na sua pessoa da colega Noemia Porto agradeço também a todos os ex-presidentes da Anamatra e suas respectivas diretorias que fizeram parte dessa história de quase 45 anos da nossa Associação:

Guilherme Feliciano, Germano Siqueira, Paulo Schmidt, Renato Sant'Anna, Luciano Athayde, Cláudio Montesso, José Nilton Pandelot, Grijalbo Coutinho, Hugo Melo Filho, Gustavo Alkmin, Beatriz Pereira, Maria Helena Mallmann, Ivanildo Andrade, Tarcísio Giboski, Ilce Carvalho, Antonio Carlos Chedid, Dárcio Andrade, Fernando Damasceno e Ronaldo Lopes Leal.

Já me encaminhando para o final, dirijo minhas palavras à minha família que, tenho toda certeza, mesmo à distância, celebra comigo mais esta realização profissional. À minha querida mãe Leontina, aos meus irmãos Rosane, Eliane, Vera Paulo e Marcos.

À você, querida mãe, dedico essa alegria, assim como em 1994, quando celebrei a minha aprovação no concurso para o juiz do Trabalho. E, para você, deixo palavras de fé do profeta Jeremias, pois foi ela, a fé, que, nestes tempos tão difíceis, nos uniu em nossas orações:

*“Bendito o homem que confia no Senhor e cuja esperança é o Senhor. Porque ele é como a árvore plantada junto às águas, que estende as suas raízes para o ribeiro e não receia quando vem o calor, mas a sua folha fica verde; e, no ano de sequeidão, não se perturba, nem deixa de dar fruto.”*

À você minha querida esposa Elisabete, aos meus filhos Fernando, Benjamin e meu enteado Guilherme e às minhas netinhas Maria Fernanda e Marcela ficam as palavras e gratidão. Gratidão por compreenderem as minhas ausências, mas, sobretudo, por celebrarem comigo esta vitória. Por somarem comigo.



Sei que a distância que agora nos separa não é maior do que o amor que nos une. E é Ele que, eu tenho certeza, sempre nos manteve juntos e nos manterá ainda mais unidos nestes próximos dois desafiadores anos que virão. Pois sem Ele sei que nada é possível.

Os tempos, senhoras e senhores, não são fáceis. São desafiadores e demandam, de cada um de nós, o exercício da solidariedade, da empatia, do amor ao próximo. Deixo aqui o meu chamado para engajarem no Movimento Empatia Alimenta, idealizado pela Anamatra, e que visa a arrecadar recursos financeiros destinados a compra de mantimentos, em especial para aquelas famílias que sentem o impacto da fome agravada com a pandemia da Covid-19.

Acredito que, com ajuda de muitos, cada um doando um pouco, podemos contribuir para minimizar o cenário de pobreza e carência que assola a nossa população. No ensinamento do Papa Francisco:

*"Uma solidariedade guiada pela fé nos permite traduzir o amor de Deus em nossa cultura globalizada, não construindo torres ou muros que dividem e depois desabam, mas tecendo comunidades e apoiando processos de crescimento verdadeiramente humanos e sólidos."*

Democracia, Justiça social, valorização da Magistratura, fortalecimento da Justiça do Trabalho. Tudo isso senhoras e senhores, em cenário de crise social, sanitária e política que nos desafia não apenas enquanto magistrados e magistradas, mas enquanto sociedade.

Mas eu tenho certeza que, ao lado dos meus colegas de Diretoria, representativa de magistrados ativos, aposentados, homens, mulheres, jovens ou mais experientes, e com a participação dos associados e associadas, conduziremos a nossa Anamatra na luta rumo à realização do Estado Democrático de Direito em sua plenitude.

Termino este breve discurso visitando o Colussi que, gaúcho de berço e gremista de coração, também passou parte de sua vida em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.

E foi em solo mato-grossense que viveu o Colussi advogado, vereador, radialista, mas, sobretudo, o homem que teve a honra da amizade e do aprendizado com aquele que ficaria conhecido como o bispo dos direitos humanos, Dom Pedro Casaldaliga. Encerro, emprestando as palavras deste meu eterno amigo:

*“Minhas causas valem mais que minha vida”.*

Muito obrigado.

Brasília, 19 de maio de 2021.